PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 8/2022

Altera a Lei Municipal nº 3.199/2008, para prorrogar o prazo para o INSS iniciar a construção de sua sede própria em terreno doado pelo Município.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores,

Tramitou nesta Casa, tendo sido retirado pelo Chefe do Executivo, o Projeto de Lei nº 3.894/2022 que visava autorizar a reversão ao patrimônio do Município da área doada ao INSS.

Após ouvidas as partes interessadas, o Projeto de Lei recebeu parecer com proposta de projeto substitutivo das Comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Orçamento e Tomada de Contas, para prorrogar o prazo para construção da sede, ao invés de se proceder a reversão.

Reafirmamos aqui os argumentos apresentados pelas Comissões no Parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 3.894/2022, ratificados a seguir:

I - o processo de reversão não coaduna com o melhor interesse do Município e da população (local e regional), notadamente pelo risco de se perder a possibilidade de construção futura da sede do INSS;

II - é de conhecimento desta Casa, conforme documentação apresentada pelo INSS, que toda a parte de estudos técnicos, projetos arquitetônicos e planilhas estão prontos, aguardando exclusivamente a disponibilidade de recursos orçamentários/financeiros para sua construção. Conforme informado por representantes da Autarquia, esses mesmos projetos já tiveram que ser readequados em outras épocas, porque quando houve sinalização de liberação dos recursos, a legislação e os padrões das agências já haviam sido modificados, exigindo novos projetos técnicos;

III - de igual modo, a proximidade de nova eleição em âmbito federal e estadual, torna desarrazoada a decisão de reversão, pois entraremos em 2023 com novo PPA dos Governos Federal e Estadual e, sendo a agência de Ponte

Nova importante em decorrência de sua condição de polo regional, nos abre caminho de tentar com as forças políticas da região garantir emendas orçamentárias que permitam a construção da sede própria do INSS;

IV - não é demais lembrar que a própria pandemia causada pelo coronavírus retirou a capacidade de investimento da administração pública, cujos recursos foram canalizados para atender a emergência de saúde;

V - esse cenário desfavorável indica ser inoportuno, nesse momento, procedermos a reversão e fechar a janela administrativa para argumentação na busca de recursos para a construção da sede, que sabemos necessária e importante. Tentar obter recursos sem ter o imóvel é um fator prejudicial para qualquer negociação;

VI - por outro lado, sabemos que o Município possui outros imóveis que podem atender a demanda apresentada pelo Executivo, ficando respeitado, assim, o interesse público.

Feitas tais considerações, destacamos que a matéria não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, pois conforme entendimento do STF, pode ser de iniciativa parlamentar "lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal) – Repercussão Geral Tema nº 917.

Portanto, apresentamos a presente proposta, fruto do Projeto de Lei Substitutivo nº 08/2022, para prorrogar o prazo conferido ao INSS para construção de sua sede.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2022.

Paulo Augusto Malta Moreira
Vereador – PT

Wellerson Mayrink de Paula
Vereador - PSB

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 8/2022

Altera a Lei Municipal nº 3.199/2008, para prorrogar o prazo para o INSS iniciar a construção de sua sede própria em terreno doado pelo Município.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei Municipal nº 3.199, de 21.05.2008, que autoriza a desafetação de área e doação de imóvel ao Instituto Nacional do Seguro Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O imóvel objeto desta Lei se destina à construção de sede própria da autarquia, cujas obras deverão ser iniciadas até a data de 31 (trinta e um) de dezembro de 2025.

Parágrafo único. Não iniciadas as obras até a data limite estabelecida no *caput*, a reversão da área ao patrimônio do Município se dará por meio de Lei específica, após regular processo administrativo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova - MG, de de .

Wagner Moi Guimarães
Prefeito Municipal

Fernando Antônio de Andrade
Secretário Municipal de Governo

INICIATIVA:

Paulo Augusto Malta Moreira
Vereador – PT

Wellerson Mayrink de Paula
Vereador - PSB